

A edição de número 74 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) contém o tradicional texto *Análise do mercado de trabalho*, além de incluir as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco*, e *Economia solidária e políticas públicas*.

O texto *Análise do mercado de trabalho* apresenta os principais indicadores de mercado de trabalho do país, obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O texto mostra um cenário positivo para o país, seguindo uma trajetória de recuperação e expansão desde meados de 2021. A população ocupada avançou 7,5%, na comparação interanual, abarcando aproximadamente 100,2 milhões de pessoas, e a taxa de desemprego recuou pelo 14º mês consecutivo, chegando a 8,9% e atingindo o menor patamar desde julho de 2015. Apesar de o crescimento estar concentrado proporcionalmente no trabalho informal, o mercado formal também apresentou expansão. A população de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado avançou 19,8%, na comparação interanual; enquanto o contingente de ocupados com carteira no setor privado cresceu 10%. Finalmente, vale destacar que o crescimento anual na ocupação vem ocorrendo de forma generalizada em termos de regiões, segmentos etários, educacionais e setores da economia, com exceção dos grupos *agricultura e administração pública*.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, este número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em três seções.

A seção *Notas técnicas* é formada por três textos. No primeiro deles, *Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano*, os autores Juliane da Silva Ciríaco, Jair do Amaral Filho, Julyan Gleyvison Machado Gouveia Lins, Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior e Sandro Pereira Silva investigaram, com base em um modelo teórico, os fatores socioeconômicos que determinam a alocação entre estudo e mercado de trabalho da juventude no Brasil. Mais especificamente, analisaram o que leva um jovem a se tornar um nem-nem, isto é, não estar empregado e nem em processo de educação ou treinamento. Para tanto, além de se considerar as características dos indivíduos já testados pela literatura, como as relacionadas aos atributos pessoais (gênero, idade e raça/cor) e atributos do lar (tamanho da família e escolaridade do chefe), procurou-se verificar o efeito do contexto social na decisão de estar na condição nem-nem. Em tal análise, considerou-se os dados do Censo Demográfico 2010, do Datasus e do Ipeadata.

No segundo texto da seção, *Despesas com pessoal ativo na Federação brasileira (2002-2020)*, Gabriel Junqueira e Rodrigo Orair buscaram explicitar a real situação das despesas com pessoal ativo nas três esferas da Federação brasileira, e avaliar se há evidências de que essas despesas

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt74/apresentacao>

representam risco para as finanças públicas. O texto inclui uma descrição desses dados por esfera da Federação, em termos reais e como proporção do PIB e da receita primária disponível, bem como um resumo dos principais achados obtidos a partir da observação da série.

No último texto da seção, intitulado *Modelo insumo-produto aplicado ao BNDES: resultados para emprego, massa salarial e valor adicionado no período 2014-2021*, Leonardo de Oliveira Santos e Thiago de Holanda Lima Miguez descrevem detalhadamente o modelo de geração de empregos do Banco Nacional de Desenvolvimento (MGE/BNDES) – um modelo insumo-produto para a economia brasileira que usa dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e da matriz insumo-produto (MIP). O MGE é utilizado pelo BNDES há mais de duas décadas como ferramenta para análise dos efeitos dos seus financiamentos. Além de explicarem as últimas atualizações do modelo, os autores fazem estimativas do MGE em relação a emprego, massa salarial e valor adicionado para o período 2014-2021.

A seção *Política em foco* também é composta por três artigos. No primeiro texto, intitulado *Análise da incidência do Auxílio Emergencial e do Benefício Emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD Covid-19*, Joana Costa, Miguel Nathan Foguel, Maurício Reis e Felipe Russo analisam o programa Auxílio Emergencial (AE) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), criados como medidas emergenciais durante a pandemia da covid-19. Por meio dos dados da PNAD Covid-19, realizada e publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos números oficiais do governo, os autores buscam avaliar como esses programas incidiram de maneira diferenciada ao longo da distribuição de renda domiciliar *per capita*, investigando quais parcelas da distribuição de renda foram, de fato, mais ou menos beneficiadas por cada um deles.

No segundo texto da seção, intitulado *O programa Garantia-Safra: gênese normativa e trajetória de implementação (2002-2021)*, Alexandre Valadares, Fábio Alves e Sandro Pereira Silva se propuseram a detalhar o Garantia-Safra (GS), criado em 2002 pelo governo federal para oferecer aos produtores familiares um apoio financeiro que atenuasse as perdas de safra ocasionadas pelos períodos de seca que afetam a região do semiárido brasileiro, sobretudo nos estados da região Nordeste. Os autores analisam o desempenho do GS a partir de sua trajetória em termos de estrutura normativa e cobertura programática ao longo das duas décadas de implementação (2002-2021), apontando sua importância para a agricultura familiar, mas indicando uma preocupante inflexão no seu potencial de execução, o que levaria a incertezas quanto ao seu futuro.

Em *Políticas públicas de emprego e renda no campo: uma análise da evolução recente do Pronaf no Rio Grande do Norte*, texto que encerra a seção, Joacir Rufino de Aquino, Marta Aurélio Dantas de Lacerda, Gabrielly Matias de Lima Assis e Ionara Jane de Araújo investigaram o desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado do Rio Grande do Norte. O texto aborda a evolução do programa entre 2013 e 2020, averiguando o tamanho do público de agricultores familiares potencialmente enquadráveis no Pronaf, o grau de cobertura e a distribuição socioespacial das operações do programa no campo norte-rio-grandense. A análise do estudo se baseou no levantamento de estatísticas

oficiais sobre a situação da agricultura familiar potiguar no último Censo Agropecuário do IBGE e na compilação de dados dos financiamentos do Pronaf por meio da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB).

Esta edição do BMT é encerrada pela seção *Economia solidária e políticas públicas*, que traz outros três artigos. O primeiro deles, de autoria de Susana Iglesias Webering e Maria Anielly dos Santos, intitulado *Voltando a campo quinze anos depois do primeiro mapeamento de economia solidária na Baixada Fluminense*, aborda o primeiro mapeamento nacional dos empreendimentos econômicos solidários (EES), a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, e busca apurar qual a realidade da economia solidária na Baixada Fluminense quinze anos depois desse processo de mapeamento no Brasil. Ao visitar os municípios de: Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Seropédica, Nilópolis, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Queimados e Belford Roxo, o estudo visou diagnosticar os espaços de discussão e articulação dos atores envolvidos nos municípios investigados, bem como as políticas públicas e a legislação existentes. Para tanto, foram realizadas onze entrevistas com membros de empreendimentos, coordenadores e gestores públicos, entre 2019 e 2021, além de levantamento bibliográfico, visitas às prefeituras e secretarias municipais, participação nos fóruns e contatos com os grupos de produção.

Jeová Torres Silva Junior e Ariádne Scalfoni Rigo, no artigo *Decid: uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias*, apresentam e propõem a matriz Decid, uma nova metodologia de indicadores quantitativos e qualitativos que pode ser usada para acompanhamento e avaliação da utilidade social de empreendimentos de finanças solidárias. O texto aborda o percurso metodológico da concepção da matriz, explica detalhadamente quais são suas dimensões e seus indicadores, bem como inclui uma comparação entre a matriz Decid e outros métodos de avaliação de empreendimentos de finanças solidárias.

Por fim, o último artigo da seção, intitulado *Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: o caso do banco comunitário e da moeda mumbuca no município de Maricá-RJ*, de autoria de Sandro Pereira Silva e Camila Amaral Pereira, teve como objetivo analisar a trajetória de implementação e consolidação de uma experiência particular de finanças solidárias na gestão municipal, que se tornou um modelo difusor de tais experiências. Trata-se da criação da moeda social mumbuca e do Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) de Maricá (município do estado do Rio de Janeiro), o Banco Mumbuca, por meio da Lei Municipal nº 2.448, de 26 de junho de 2013. A pesquisa contou com uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de relatos por meio de entrevistas junto a representantes e pesquisadores que tiveram participação destacada em diferentes momentos da trajetória estudada.

